



## **A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA E A POLÍTICA DE INCLUSÃO: CONHECENDO POSSIBILIDADES**

GT 2: Educação e Comunicação

**Trabalho completo**

Roniely Gonçalves SANTANA (Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)  
ronielsantana2@gmail.com

Katia Morosov ALONSO ((Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)  
katia.ufmt@gmail.com

### **Resumo**

Este trabalho é um recorte da pesquisa de Mestrado, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso. O objetivo principal é compreender como as ações que o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) tem atuado e o uso de Tecnologia Assistiva favorece a inclusão/ permanência de estudantes com deficiência. Ademais, a pesquisa é de abordagem qualitativa, estando aqui apresentados os resultados que se referem à pesquisa bibliográfica em atendimento ao primeiro objetivo específico, que aponta que todas as universidades federais brasileiras contam com programas que apoiam e promovem ações de inclusão dos estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Educação superior. Atendimento especializado.

### **1 Introdução**

Este trabalho é um recorte da pesquisa de Mestrado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá, na linha de pesquisa: Organização Escolar, Formação e Práticas Pedagógicas – grupo LÊTECE (Laboratório de estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação). Ele surgiu da observação dos desafios ainda enfrentados no processo de inclusão de estudantes com deficiência na escola regular de ensino, com o objetivo de buscar alternativas para minimizá-los.

Após levantamento bibliográfico realizado nas plataformas: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, Scientific Electronic Library Online – Scielo, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT e Portal de Periódicos da CAPES, houve o redirecionamento da pesquisa, saindo da educação básica e passando para a educação superior, tendo como objetivo geral: Compreender quais ações o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) tem desenvolvido e de que modo o uso de Tecnologia Assistiva (TA) favorece a inclusão e permanência de estudantes com algum tipo de deficiência na realidade acadêmica da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), campus Cuiabá. Os dados serão coletados

Realização





na UFMT e contará com a participação de servidores do NAI e de estudantes com deficiência regularmente matriculados na universidade, no campus de Cuiabá. Ademais, a pesquisa é de caráter qualitativo, baseado nos pressupostos metodológicos da observação participante e passou pela apreciação do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos – CEP da UFMT, inscrita no Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (nº 77244324.1.0000.5690) e obteve parecer favorável. Aqui serão apresentados os resultados que se referem à pesquisa bibliográfica e ao levantamento das ações e propostas das universidades federais para os estudantes com deficiência.

## **2 A inclusão nas Universidades Federais Brasileiras**

A educação inclusiva tem sido tema de muitas pesquisas e não é à toa. Segundo estimativas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, cerca de 8,9% da população brasileira têm algum tipo de deficiência (IBGE, 2023).

Não se pode negar que a sociedade já não é mais aquela que esconde as pessoas com deficiência: “Novas realidades e novos paradigmas emergem na sociedade humana, nos dias de hoje. Uma sociedade mais permeável à diversidade, questiona seus mecanismos de segregação e vislumbra novos caminhos de inclusão social da pessoa com deficiência” (Galvão Filho; Damasceno, 2008, p.03).

As universidades são espaços fundamentais para o desenvolvimento das relações sociais e profissionais que devem ser pensadas considerando infraestrutura e equipamentos adequados/ adaptados para atender cada indivíduo dentro da sua necessidade específica. É nesse sentido que a educação inclusiva busca estabelecer possibilidades e oportunidades iguais aos estudantes independentemente das diversidades existentes, de modo a:

Construir novos recursos de acessibilidade, novos ambientes, na verdade, construir uma “nova sociedade” que inclua as pessoas com deficiência em seus projetos e possibilidades, não significa apenas propiciar o desenvolvimento e a auto-realização dessas pessoas, mas, principalmente, é possibilitar a essa sociedade crescer, expandir-se, humanizar-se, através das riquezas de um maior e mais harmonioso convívio com as diferenças. (Galvão Filho; Damasceno, 2008, p. 20)

Para saber o que outras universidades federais têm feito com vistas à inclusão, foi feito um levantamento de como isso acontece em cada instituição. Para identificar quantas e quais são as universidades federais brasileiras, foi utilizado o site oficial da Associação Nacional



dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), que é a representante oficial das 69 universidades federais que atualmente existem no Brasil, sendo responsável “na interlocução com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, com as associações de técnico-administrativos, de professores, de estudantes e com a sociedade em geral” (Andifes, 2024).

Assim, após catalogadas todas as universidades federais, foram realizadas buscas por programas, núcleos, coordenações ou secretarias de acessibilidade e/ou inclusão, sendo as buscas realizadas diretamente no site dessas instituições, entre novembro/ 2023 e janeiro/ 2024.

De acordo com o levantamento, a região Nordeste possui atualmente 20 UF, sendo no Alagoas: Universidade Federal de Alagoas (UFAL); na Bahia: Universidade Federal da Bahia UFBA, Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB); no Ceará: Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Cariri (UFCA) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); no Maranhão: Universidade Federal do Maranhão (UFMA); e na Paraíba: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Dentre elas é possível citar, em especial, a UFERSA, que conta com a Coordenação de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social (CAADIS), a qual coordena ações afirmativas de modo geral, não especificamente para pessoas com deficiência (PcD).

Na região Norte foram identificadas 11 UF, sendo no Acre: Universidade Federal Do Acre (UFAC); no Amapá: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Amazonas: Universidade Federal do Amazonas (UFAM); no Pará: Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Universidade Federal Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA); em Rondônia: Universidade Federal de Rondônia (UNIR); em Roraima: Universidade Federal de Roraima (UFRR); e no Tocantins: Universidade Federal de Tocantins (UFT) e Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Dentre as quais tem destaque a UFT, que desenvolve o Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (PAEI), que oferece suporte e condições adequadas para assegurar a inclusão acadêmica a estudantes com deficiência ou com necessidades especiais.

Na região Sul existem 11 UF, sendo no Paraná: Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e Universidade



Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); no Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA); e em Santa Catarina: Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

As Universidades Federais situadas na região Sudeste são 19, sendo no Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); em Minas Gerais: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI) e Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM); no Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); e em São Paulo: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do ABC (UFABC) e Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR).

As regiões Sul e Sudeste possuem a maior concentração de universidades federais. As duas regiões somam 7 estados, das 27 unidades federativas. Dentre elas é possível citar a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que tem o Programa de Apoio aos Estudantes com Necessidades Especiais (PAENE) e na região sudeste, a Universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ) possui a Diretoria de Acessibilidade (Dirac). Ambas as instituições têm a função de elaborar e implementar Políticas de Acessibilidade e fomentar iniciativas voltadas para a inclusão da pessoa com deficiência. Minas Gerais é o estado com mais UF, tendo no total 11 universidades descentralizadas e autônomas. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ligado ao Ministério da Educação, tinha como objetivo aumentar o acesso e a permanência na educação superior pública. Essa pluralidade de instituições permite que as pesquisas sejam mais capilarizadas, pois as universidades estão em diversas regiões do estado e impactam diretamente a economia mineira (Medeiros; Vieira; Torres, 2014).

Já a região Centro-Oeste conta com 8 UF, sendo: no Distrito Federal: Universidade de Brasília (UNB); em Goiás: Universidade Federal de Catalão (UFCAT), Universidade Federal



de Goiás (UFG) e Universidade Federal de Jataí (UFJ); em Mato Grosso: Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e Universidade Federal de Rondonópolis (UFR); e em Mato Grosso do Sul: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). A UFMT é uma dessas instituições que no seu plano de desenvolvimento aponta que “a inclusão e a acessibilidade passaram a ser focos de atenção e de ações institucionais que visam o compromisso social e a oferta da educação superior democrática e universalizada”, sendo esse o compromisso do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), que se tornou o objeto desta pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida. (NAI, 2023)

O Ministério da Educação (MEC) apoia as Instituições Federais de Educação Superior (IFES), por meio de aporte contínuo e sistemático de recursos orçamentários para a execução de ações de acessibilidade, no âmbito do eixo “Acesso à Educação” do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver sem Limite. (Brasil, 2013)

Assim, a pesquisa possibilitou identificar que todas as universidades federais brasileiras contam com programas que apoiam e promovem ações de inclusão dos estudantes com deficiência, a partir de políticas públicas de acessibilidade e inclusão vigentes no país. Nota-se que esse movimento de criação dos programas/ núcleos/ coordenações/ secretarias de acessibilidade e/ou inclusão é parte de uma ação do Governo Federal que surge a partir da Política de Acessibilidade nas IFES e a criação do Programa Incluir.

### **3 Programa Incluir**

O Programa de Acessibilidade na Educação Superior, também conhecido como Programa Incluir, é fruto da parceria entre a Secretaria de Educação Superior (SESu) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). Tem como objetivo principal fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior (Ifes) e propor ações que garantam o acesso pleno de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação. (Brasil, 2013)

No Brasil, essas ações surgem da reflexão acerca das práticas educacionais que resultam na desigualdade social de diversos grupos, conforme Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais, que apontam o princípio fundamental de incluir crianças, independente da sua condição física, intelectual, social e/ou emocional em



escolas de educação comum. No cerne da educação especial, as Instituições de Educação Superior (IES), também devem garantir o pleno acesso, em todas as atividades acadêmicas, considerando os marcos legais, políticos e pedagógicos que asseguram o direito da pessoa com deficiência à educação.

De acordo com o Programa Incluir, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes com deficiência na educação superior, garantindo oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como o acesso às atividades e acessibilidade arquitetônica em todos os ambientes (Brasil, 2013).

Partindo desse pressuposto, surgem os núcleos com o objetivo de atuar na redução e/ou na eliminação de barreiras estruturais, atitudinais, comportamentais, pedagógicas e de comunicação que impeçam ou dificultem o acesso e/ou permanência de pessoas com deficiência no espaço acadêmico. Os núcleos de acessibilidade se estruturam com base nos seguintes eixos: a) infraestrutura; b) currículo, comunicação e informação; c) programas de extensão; e d) programas de pesquisa (Brasil, 2013).

Desde 2005 o programa Incluir lança editais com a finalidade de apoiar projetos de criação ou reestruturação desses núcleos e a partir de 2012, passou a apoiar projetos das Ifes, com disponibilização de recurso financeiro, diretamente, previsto na matriz orçamentária das instituições, com a finalidade de institucionalizar ações de política de acessibilidade na educação superior. São recebidos projetos encaminhados por universidades do Brasil inteiro, mas só são selecionados para receber o auxílio financeiro do MEC, os que atendem às exigências do programa (Brasil, 2013). Muzi e Medeiros (2021) abordam os efeitos da política no Rio de Janeiro e indicam que o programa não teve ampla divulgação na mídia, o que explica menos de 30% dos entrevistados saberem da existência do programa e dos impactos positivos que essa política proporcionou à universidade. “Foi constatado que a acessibilidade e a inclusão foram implementadas via ações institucionais”, desde a participação da Universidade Federal Fluminense (UFF) no primeiro Edital, em 2007, e que “o Programa Incluir se mostrou como uma relevante política de governo direcionada para acesso mais inclusivo e igualitário”, que também contribuiu para a permanência de alunos com deficiência na Educação Superior Pública.



#### 4 Considerações finais

Para o levantamento sobre o que outras universidades federais têm feito com vistas à inclusão, foram realizadas buscas no site oficial da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), o que permitiu catalogar universidades e seus respectivos endereços eletrônicos, porém a busca por programas, núcleos, coordenações ou secretarias de acessibilidade e/ou inclusão foi um pouco mais complicada, uma vez que nem todas as páginas tinham um link de acesso direto para informações sobre esse órgão institucional, principalmente por não existir padronização de vínculo administrativo, tendo em alguns casos órgão independente e em outros, vínculo com a reitoria ou vice-reitoria, como é o caso do NAI/ UFMT. Apesar disso, a pesquisa se mostrou bem sucedida ao identificar avanços no sentido de acolher e incluir a todos dentro das suas limitações/ necessidades e identificar que todas as universidades federais brasileiras contam com programas que apoiam e promovem ações de inclusão dos estudantes com deficiência, bem como a existência do Programa Incluir.

O Programa Incluir tem se mostrado uma importante política de inclusão, partindo do princípio que foi esse movimento que resultou no surgimento dos núcleos de acessibilidade, que identificam a necessidade de melhorias de acesso para as pessoas com deficiência, através de ações e processos desenvolvidos na instituição, buscando integrar e articular as demais atividades para a inclusão educacional e social dessas pessoas. Acredita-se que o andamento da pesquisa de mestrado na UFMT possibilitará maior entendimento sobre o assunto, além de traçar um panorama dos avanços da inclusão de pessoas com deficiência na instituição.

A pesquisa surgiu a partir de indagações acerca dos processos de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nas universidades federais. Galvão Filho (2022, p. 22) aponta que “um indivíduo será mais ou menos limitado, em termos da funcionalidade e participação, quanto mais ou menos deficiente ou acessível for o ambiente.” Assim, para uma inclusão efetiva, devem ser implementadas intervenções e modificações que também devem ocorrer na sociedade e em como a pessoa com deficiência é vista.

A partir da convenção de Salamanca, o Brasil passou a implementar políticas públicas e pedagógicas alicerçadas no paradigma integracionista do movimento mundial pela inclusão. No entanto, o debate sobre a inclusão acadêmica também envolve investimentos na formação inicial e continuada dos docentes, o uso de recursos técnicos e a ressignificação das práticas pedagógicas que visam a acessibilidade, a permanência e a aprendizagem no ambiente



educacional. Nesse caso a inclusão implica “em um movimento, social e individual, em direção à equiparação de oportunidades, no sentido de potencialização da ação e da participação plena e autônoma do indivíduo.” (Galvão Filho, 2022, p. 84)

## Referências

Andifes. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Nossas instituições. Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/nossas-instituicoes/>. Acesso em 09 jul. 2024.

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: DOU, 24.09.2009.

Brasil. Ministério da educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em 03 set. 2024.

Brasil. Ministério da Educação. **Programa de Acessibilidade na Educação Superior Incluir**. Brasília. 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizational/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/programa-incluir>. Acesso em 04 set. 2024.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: DOU, 07.07.2015.

Galvão Filho, T. **Tecnologia Assistiva: um itinerário da construção da área no Brasil**. Curitiba: Editora CRV, 2022. (Livro)

Galvão Filho, Teófilo Alves; DAMASCENO, Luciana Lopes. **Programa InfoEsp: Premio Reina Sofia 2007 de Rehabilitación y de Integración**. In: Boletín del Real Patronato Sobre Discapacidad, Ministerio de Educación, Política Social y Deporte, Madrid, Espanha. N. 63, p. 1423, ISSN: 1696-0998, abril/2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 07 jul. 2023. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/0a9afaed04d79830f73a16136dba23b9.pdf). Acesso em 12 out. 2023.

Medeiros, Isabella L.; Vieira, Norberto M.; Torres, Daniela A. R. . Expansão Do Ensino Superior Público No Estado De Minas Gerais Após A Implementação Do Plano De



# SemiEdu 2024

FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
EM FOCO: DESAFIOS E  
PERSPECTIVAS

Reestruturação Das Universidades. XVI Seminário sobre Economia Mineira [recurso eletrônico]: **anais**. Belo Horizonte: MG/ Cedeplar, 2014. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2014/expansao-do-ensino-superior-publico-no-estado-de-minas-gerais.pdf>. Acesso em 20 set. 2024.

Muzi, T. G., & Medeiros, J. (2021). Políticas públicas governamentais federais de acessibilidade na educação superior: O Programa Incluir e seus reflexos em Instituição do Estado do Rio de Janeiro. **INTERFACES DA EDUCAÇÃO**, 12(36). Disponível em: <https://doi.org/10.26514/inter.v12i36.5504>. Acesso em 25 set. 2024

NAI – Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. **Apresentação – NAI UFMT**. Universidade Federal de Mato Grosso. 2023 Disponível em: <https://www.ufmt.br/unidade/nai/pagina/apresentacao/6161>. Acesso em 11 set. 2024.

Realização

